

MAPEAMENTO DA UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NO CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE

RADTKE, Andréia¹
MARETH, Taciana²

Resumo

O objetivo geral deste estudo consiste em mapear a utilização da contabilidade ambiental nos trabalhos apresentados no Congresso Brasileiro de Contabilidade - CBC. Para a realização deste estudo foram utilizadas a 18^o e a 19^o edições do evento, pois são as únicas edições que disponibilizam os artigos via sítio dos eventos. Essas edições selecionadas apresentaram áreas temáticas que abrangem a contabilidade ambiental, são elas: Contabilidade Socioambiental e Sustentabilidade, Ética e responsabilidade Social. Portanto, os artigos classificados nessas duas áreas, 10 e 4 artigos respectivamente, automaticamente fazem parte da amostra desta pesquisa. Constatou-se por meio das contribuições dos trabalhos que a maioria das empresas da amostra conhece os benefícios da aplicação da Contabilidade Ambiental. Apesar de conhecerem os benefícios, algumas ainda não a utilizam.

Palavras-chave: Congresso Brasileiro de Contabilidade. Contabilidade ambiental. Mapeamento.

Abstract

The aim of this study is to measure the use of environmental accounting in the papers presented at the Brazilian Accounting Congress - CBC. To carry out this study we used the 18th and 19th editions of the event, as they are the only issues that provide articles via site of events. These selected issues presented thematic areas including environmental accounting, they are: Social and Environmental Accounting and Sustainability, ethics and social responsibility. Therefore, items classified in those two areas, 10:04 articles respectively automatically included in the sample of this research. It was found through the contributions of the work that most of the sample companies know the benefits of the application of Environmental Accounting. Despite knowing the benefits, some still do not use it.

Keywords: Brazilian Accounting Congress. Environmental accounting. Mapping.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o mundo vive a era da informação, com o acirramento da competitividade e sujeito a constantes mudanças. Esse ambiente exige das empresas cada vez mais dados seguros e confiáveis para o processo de tomada de decisão, no qual a contabilidade contribui como meio de informação para dar subsídios a estas escolhas. Esta área, embora conhecida normalmente por apresentar relatórios tributários e para o

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ – email: andreiaradtke@hotmail.com

² Professora do curso de Ciências Contábeis da UNICRUZ, Bacharel em Ciências Contábeis – UNICRUZ, Mestre em Ciências Contábeis – UNISINOS e Doutora em Engenharia de Produção – PUC-Rio. Email: tacyanamareth@yahoo.com.br

cumprimento de obrigações legais, não se limita a esta atuação, tendo em vista que assume o papel de um instrumento gerencial o qual auxilia administradores, empresários e demais interessados quanto à situação da organização em suas decisões.

A contabilidade é essencial para uma empresa, pois através dela serão apresentados todos os resultados de sua operação. A sua finalidade é registrar os fatos da entidade ficando assim possível aos administradores e aos donos do patrimônio, confirmar se essa operação está de acordo com o planejado. A contabilidade tem como objetivo atender, não somente os usuários internos registrando e controlando as informações da empresa, mas também os usuários externos fornecendo dados e informações a bancos, governos e demais entidades. E, neste intuito, destaca-se a contabilidade ambiental que é um ramo importante da contabilidade, pois é “o registro do patrimônio ambiental, sejam bens, direitos e obrigações ambientais da entidade” (SANTOS et al., 2001).

A contabilidade ambiental tem como principal objetivo relacionar as empresas (sociedade) com o meio ambiente, de modo que cada vez mais as empresas estão desenvolvendo novas tecnologias através de suas atividades exploradoras, portanto, estão comprometendo a qualidade de vida da sociedade e prejudicando o meio ambiente.

A contabilidade ambiental também registra todas as transações da empresa que atingem o meio ambiente e seus efeitos, devendo garantir que os custos, os ativos e os passivos estejam contabilizados de acordo com os princípios contábeis, tendo transparência em suas informações.

Desta forma, torna-se relevante o estudo, divulgação de pesquisas e análise de casos relacionados à aplicabilidade da contabilidade ambiental nas organizações, pois quanto maior for o número de publicações maior será a divulgação de novas práticas e do conhecimento gerado a partir destes trabalhos.

Os dois principais meios de fazer a divulgação de pesquisas são: publicações em revistas e em eventos da classe contábil. Um dos principais eventos da classe contábil do Brasil é o Congresso Brasileiro de Contabilidade que ocorre a cada quatro anos, reunindo um grande número de participantes nacionais e internacionais sendo estes contadores, empresários, industriais, associações e auditores. Este evento proporciona ao público, uma oportunidade de trocas de ideias, que vem ganhando notoriedade, sendo também importante para os profissionais contadores saberem quais assuntos estão sendo mais divulgados, novidades na área, entre outros assuntos.

Portanto, torna-se relevante o conhecimento sobre as abordagens da temática no Brasil representado pelos trabalhos submetidos ao congresso brasileiro de contabilidade, pois estas apresentações permitem transmitir para demais pesquisadores seus conhecimentos na área, compartilhando informações acerca de pesquisas realizadas. O objetivo geral deste estudo consiste em mapear a utilização da contabilidade ambiental nos trabalhos apresentados no Congresso Brasileiro de Contabilidade. O presente estudo visa analisar as abordagens da contabilidade ambiental em estudos apresentados nas últimas duas edições, anos 2008 e 2012, do Congresso Brasileiro de Contabilidade através de um estudo bibliográfico.

Para atingir este objetivo, o presente estudo está dividido em 5 seções. Na primeira seção apresentou-se a introdução do estudo. A segunda descreve a fundamentação teórica que está baseada na contabilidade ambiental. A terceira seção apresenta a metodologia e descreve as variáveis analisadas. A quarta seção apresenta e analisa os resultados e, por último, a quinta seção apresenta as considerações finais do estudo.

2 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A contabilidade ambiental como toda a contabilidade registra, controla os fatos da entidade, portanto, a contabilidade ambiental tem por objetivo defender, controlar e prevenir o meio ambiente, contribuindo de uma forma positiva com a proteção ambiental. Pois ela registra as transações que causam impactos/danos ao meio ambiente, desta forma ela serve como auxílio para os gestores nas tomadas de decisões.

Paiva (2003), entende que a “Contabilidade Ambiental pode ser compreendida como a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões.”

Já Ribeiro (2006, p. 45) define e objetiva contabilidade ambiental como:

[...] identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico financeiras que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.

A contabilidade ambiental não só serve para registrar os gastos que a entidade está tendo com o meio ambiente, além disso, ela reconhece a importância da preservação e recuperação ambiental. Sendo assim ela controla os gastos e preserva o meio ambiente, também pode ser considerada como uma forma que a empresa tem em verificar os gastos que ela está tendo em questão ao meio ambiente.

Bergamini Júnior (1998) define que a:

“Contabilidade Ambiental Financeira registra as transações da empresa que impactam no meio ambiente e os efeitos das mesmas que afetam ou deveriam afetar a posição econômica e financeira dos negócios da empresa devendo assegurar que os custos, os ativos e os passivos ambientais estejam contabilizados de acordo com os princípios contábeis e, o desempenho ambiental tenha a transparência da informação de que os usuários necessitam”.

Ativos, passivos, despesas e receitas ambientais estão descritos na próxima seção.

2.1 Ativos, passivos, despesas (custos) e receitas ambientais

Nesta etapa apresentam-se algumas breves informações sobre ativos, passivos, despesas (custos) e receitas ambientais.

2.1.1 Ativos e passivos ambientais

Os ativos e passivos ambientais são recursos relevantes nas empresas, pois é através deles que serão demonstrados todos os investimentos utilizados para a sustentabilidade e para o planejamento de programas e ações na área ambiental.

São chamados de ativos ambientais todos os bens adquiridos pela empresa para preservar, controlar e recuperar o meio ambiente, tudo que tenha como objetivo reduzir ou eliminar os impactos ambientais, diminuindo a poluição, mesmo que isso se reflita

em benefícios futuros ao meio ambiente. De acordo com Carvalho (2008, p. 127) “são considerados todos os bens e direitos da entidade, relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, e que estejam aptos a gerar benefícios econômicos futuros para a entidade”. Assim são considerados os investimentos realizados pela empresa em máquinas, instalações, equipamentos, gastos com pesquisas, gastos com melhoria de tecnologias, e que tem como foco principal o controle ambiental.

O passivo ambiental é considerada toda a agressão que se pratica ou praticou contra o meio ambiente e isso consiste em investimentos necessários para recuperá-los, bem como em multas e indenizações. Desta forma, torna-se uma obrigação da empresa no que se refere aos prejuízos e danos ambientais que ela causou no decorrer de suas atividades. Segundo o IBRACON (1996, p.05) “o passivo pode ser conceituado como toda a agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações aplicadas na entidade”. Uma empresa tem passivo ambiental quando ela agride, de algum modo, o meio ambiente. Além disso, podem ser definidos como obrigações que as empresas assumem a fim de promover o melhoramento ambiental como forma de prevenção.

Contudo, pode-se verificar que a empresa tem vantagens e desvantagens ao evidenciar a contabilidade ambiental, ao que se refere em preservação. Vantagens para as entidades que investem em não contaminar a natureza, pois é de grande relevância para o ativo que é a “marca” os certificados ambientais (ISO 14001, por exemplo) que por sua vez valoriza a imagem da empresa perante o mercado. E como desvantagens, para as entidades que sofreram multas causadas pelas infrações a natureza, sendo assim a empresa tem prejuízos, pois terá gastos e também terá seu patrimônio líquido desvalorizado.

2.1.2 Despesas (custos) e receitas ambientais

De acordo com Carvalho (2008, p.140) “as despesas ambientais são todos os gastos efetuados pela empresa, que tenham relação com o meio ambiente, ocorridos no período, e que não estejam diretamente relacionados com a atividade produtiva da entidade.” Então as despesas são os gastos que a empresa tem gerado através da preservação, recuperação, e reciclagens ao meio ambiente que não tem relação especificamente com a produção da mesma.

Ainda, Carvalho (2008, p. 140) ressalta que podem ser consideradas despesas ambientais:

- _ todos os gastos relacionados com as políticas internas de preservação ambiental, como folders, cartazes, cartilhas e outros;
- _ salários e encargos do pessoal empregado na área de políticas internas de preservação ambiental;
- _ todos os gastos relacionados com treinamento na área ambiental como: horas-aula do instrutor e aquisição de material de expediente;
- _ aquisição de equipamentos de proteção ambiental;
- _ despesa com depreciação do material permanente utilizado pela administração na área ambiental;
- _ despesa com compensação ambiental;
- _ despesa com recuperação ambiental;
- _ dano ambiental;
- _ despesa com auditoria ambiental;
- _ consultoria para elaboração de EIA/RIMA;
- _ despesa com licenças ambientais;
- _ despesa com multas e indenizações ambientais.

Através da contabilidade ambiental torna-se possível reconhecer quais custos ambientais que a empresa está tendo e a partir daí reduzi-los. Segundo Berti (2006, p. 20), “custo é o consumo de bens e serviços, empregados na produção de outros bens e serviços. Consumo esse é representado pela entrega ou promessa de entrega de ativos”.

Conforme Tinoco e Kraemer (2008) os custos ambientais podem ser classificados como custos externos (sociais) e custos internos (privados). Portanto, os custos externos (sociais) são os custos gerados a terceiros devido a destruição da propriedade de outros, danos e destruição nas áreas. E custos internos (privados) são aqueles referentes à determinação do preço de venda dos produtos, como por exemplo, tem-se a matéria-prima, a mão-de-obra, a depreciação de equipamentos, todos relacionados ao processo produtivo.

Para Tinoco e Kraemer (2008, p.174) os custos ambientais podem ser classificados em custos externos e custos internos:

- **Custos externos:** são os custos que podem incorrer como resultado da produção ou existência da empresa. São difíceis de medir em termos monetários e geralmente estão fora dos limites da empresa. Motivar a empresa a internalizar essas externalidades é uma necessidade que se impõe. Incluem danos que são pagos a outros, como consequência de eventos ambientais, por exemplo: danos da propriedade de outros, danos econômicos a outros e danos aos recursos naturais.
- **Custos internos:** são os custos que estão relacionados diretamente com a linha de frente da empresa, e incluem os custos de prevenção ou manutenção e são mais fáceis de serem identificados. Considerando que as externalidades ambientais podem potencialmente ser maiores que os componentes do custo, os custos internos da administração ambiental também podem ser extensivos, não ser sempre definidos claramente e tendem a gerar consideráveis problemas de destinação.

Martins e Ribeiro (1995, p.35) consideram que “a maciça conscientização da sociedade em muitos lugares veio afetar a imagem da empresa junto ao seu público consumidor, o qual passou a ser forte de pressão para as empresas começarem a investir no controle ambiental, visto que dele depende a evolução do fluxo de receitas da empresa”. O objetivo da gestão ambiental é preservar a natureza e não gerar receita para a empresa, mas que de certa forma acaba gerando, pois a partir do momento que a empresa começa reaproveitar as sobras de insumos com certeza gerará lucros para a mesma. De acordo com Carvalho (2008, p. 142) “Receitas Ambientais são os recursos auferidos pela entidade, em decorrência da venda de seus subprodutos ou de materiais reciclados”.

Uma das formas de evidenciar os investimentos que a empresa teve contra a poluição ambiental é o Balanço Ambiental que também serve para ver quais as vantagens em preservar a natureza. As empresas geralmente optam por preservar e recuperar o meio ambiente como uma forma de contribuição a natureza e também é uma maneira de garantir mais lucro, pois o custo para preservar com campanhas e incentivos é bem menor do que as multas e infrações causadas pela poluição. Além de preservar, ela também agrega valores e rentabilidade.

2.2 Leis ambientais

Atualmente, a contabilidade ambiental tem sido bastante discutida embora ainda não seja adotada pela maioria das empresas. Uma explicação para isso, talvez seja

o fato de não haver uma lei aplicada a Contabilidade Ambiental. Por outro lado, existem indicadores seguros e capazes de mensurar os impactos ambientais e políticas ambientais.

No Brasil existem diversos Artigos Constitucionais (CF/1988) dedicados ao meio ambiente ou a ele vinculados, por exemplo:

- 20 da CF As terras; a preservação ambiental; os lagos, rios e correntes de água; as ilhas e as praias; os recursos naturais; o mar territorial; os recursos minerais;
- 129 da CF Enc. III - proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- 170 da CF Enc. VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços...;
- 186 da CF Enc. I - aproveitamento racional e adequado; Enc. II - utilização dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- 225 da CF Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- 43 e 44 da ADCT autorizações, concessões e demais títulos atributivos de direitos minerários.

Além dos artigos da CF/1988 citados acima, a lei nº 12.305 foi aprovada em 2010 e se refere a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que são todos os tipos de resíduos, sejam eles, industrial, doméstico, da área de saúde, eletroeletrônicos e outros. Esta lei tem por objetivo a reutilização através de reciclagem dos mesmos assim não gerando resíduos que causam a poluição. Sendo assim, o uso dos recursos naturais tais como água e energia utilizados para a produção de novos produtos diminuirá gerando receitas para as entidades.

Uma forma de evidenciação voluntária dessas informações ambientais é por meio da Demonstração das Informações de Natureza Sócio Ambiental (NBC T 15) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. O item 15.1.2 demonstra que “Para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental: a geração e a distribuição de riqueza; os recursos humanos; a interação da entidade com o ambiente externo; a interação com o meio ambiente”.

As informações relativas a interação com o meio ambiente são tratadas mais especificamente na NBC T 15.2.4 onde dispõem de 8 itens a serem evidenciados, são eles:

- a) Evidenciam as ações e a manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) Evidenciam ações, investimentos e/ou gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) Evidenciam ações, investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, colaboradores, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) Evidenciam ações, investimentos, compromissos com a sociedade e gastos com a educação ambiental para a comunidade;

- e) Evidenciam ações, investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) Informam a existência de processos ambientais judiciais;
- g) Informam a existência de multas e de indenizações relativos ao meio ambiente;
- h) Informam passivos e contingência ambientais.

Outra norma internacionalmente reconhecida é a ISO 14001 que se refere ao Sistema de Gestão Ambiental. Esta norma é desenvolvida com objetivo de criar o equilíbrio entre a manutenção da rentabilidade e a redução do impacto ambiental, sendo ela que possibilita à empresa a certificação ambiental, de maneira que as empresas se comprometam com a prevenção da contaminação e com melhorias.

Valle (2002, p. 137) ressalta que:

[...] para que esse certificado seja reconhecido internacionalmente é necessário, contudo, que o procedimento de certificação seja feito por uma terceira parte, isto é, uma entidade especializada e independente, reconhecida em um organismo autorizado de acreditação ou credenciamento.

Esta certificação é válida por 3 anos e deve ser feito um acompanhamento de auditoria no mínimo uma vez por ano ou a cada 6 meses, o qual é realizado por uma entidade certificadora e tem por objetivo garantir que a empresa mantém um sistema de gestão ambiental e que sua performance atende ou supera os resultados planejados.

Qualquer instituição pode obter a certificação, de acordo com Valle (2002, p. 137) é necessário cumprir três exigências que são elas: ter implantado um Sistema de Gestão Ambiental; cumprir a legislação ambiental aplicável ao local de instalação; assumir um compromisso com a melhoria contínua de seu desempenho ambiental.

De certa forma, as empresas tendem a ganhar credibilidade com esta certificação, pois demonstram que a empresa tem comprometimento com o meio ambiente, deste modo gerando confiança do cliente. Além disso, as empresas podem fazer exportações sem se preocuparem com multas ambientais (pois o selo é exigido em alguns casos), assim pode ampliar suas oportunidades de negócios como também aumentar o acesso a novos clientes e parceiros.

A contabilidade Ambiental não é uma nova forma de contabilização, mas sim um modelo de aplicação de técnicas e registros aplicados aos controles e registros da Gestão Ambiental - GA, em alguns casos os gestores evidenciam a G.A. de acordo com as políticas ambientais adotadas pela empresa e que são expressas no relatório de administração. Conforme Freitas et al. (2012), embora exista uma série de normas e pronunciamentos que definam modelos de aplicação para questões ambientais, não há uma regulamentação que obrigue a adoção desses modelos de contabilidade ambiental nas organizações.

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta a metodologia do estudo e está dividida em duas partes: primeiramente tem-se a classificação e, na segunda parte, apresentam-se os planos de coleta e de análise de dados.

3.1 Classificação

Classifica-se o presente estudo como descritivo e bibliográfico. A pesquisa descritiva, conforme Gil (2002) apresenta como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis, tendo como característica a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. A pesquisa descritiva tem como objetivo observar, analisar e correlacionar fatos sucedidos em determinado local, sem manipulá-los. Permite que se descubra com que frequência determinado fato que ocorre, conhecendo as diversas situações da vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano (CERVO e BERVIAN, 2002).

No que diz respeito aos procedimentos técnicos esta pesquisa é classificada como bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é básica e utilizada em todas as modalidades de pesquisa. Os livros são as principais fontes, mas qualquer informação publicada seja em revistas, jornais, internet, podem se tornar objeto de consulta. Segundo Ruiz (2002, p. 58) “a pesquisa bibliográfica é o conjunto das produções escritas para esclarecer as fontes, para divulgá-las, para analisá-las, para refutá-las ou para estabelecê-las; é toda a literatura originária de determinada fonte ou a respeito de determinado assunto”.

Assim sendo, este estudo é baseado numa pesquisa descritiva e bibliográfica, pois busca realizar um mapeamento, identificando a frequência da publicação sobre contabilidade ambiental, a abordagem dada à temática bem como a frequência de autores e instituições que mais aparecem nos estudos apresentados no congresso brasileiro de contabilidade, em suas últimas edições.

3.2 Planos de coleta e de análise de dados

Para atingir o objetivo proposto, primeiramente realizou-se um mapeamento sobre a contabilidade ambiental nos artigos do Congresso Brasileiro de Contabilidade. O Congresso Brasileiro de Contabilidade é um evento considerado bastante importante para a classe contábil no Brasil, pois reúne profissionais nacionais e internacionais. Durante o evento são apresentados trabalhos referentes a diversos assuntos relevantes para a área contábil.

Os Congressos Brasileiros de Contabilidade já se tornaram um marco para os profissionais da Contabilidade do País. É um evento realizado a cada quatro anos e que vem reunindo um número cada vez maior de participantes, além da presença dos mais respeitados nomes da área contábil nacional e internacional: são pensadores e escritores respeitados; detentores da “Medalha João Lyra”; coordenadores, mestres e doutores, de importantes unidades de Ciências Contábeis; autores de trabalhos técnico-científicos de alto nível; estudantes de Contabilidade; lideranças responsáveis pela condução das entidades representativas da classe contábil brasileira; e destacados profissionais e empresários bem-sucedidos no seu mercado de trabalho (CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 2012, s.p.).

Este evento costuma reunir um grande público, pois não atrai somente profissionais da área, mas também pesquisadores e acadêmicos que tem interesse nos assuntos apresentados.

Sem dúvida, esta é uma oportunidade única para a discussão da evolução da classe contábil, pois se constitui em um cenário de oportunidades de negócios, além de oferecer ao público presente um ótimo momento para a troca de ideias e experiências e um palco de debates sobre procedimentos,

técnicas, evolução e atualização de conhecimentos e realidade global!
(CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 2012, s.p.).

Este evento vem crescendo cada vez mais, e, além disso, gera grandes oportunidades de negócios para o público que participa, pois estão presentes vários profissionais, os quais podem debater e discutir assuntos relacionados à área contábil, sendo que, os eventos realizados trazem uma riqueza nas informações, o qual é importante para os pesquisadores.

A riqueza de informações de todos os eventos realizados, sua organização, público-alvo e temário demonstram a importância e a evolução na qualidade de uma das classes mais organizadas e que mais cresce no Brasil. Recentes dados revelam que a contabilidade é uma das áreas mais promissoras para se trabalhar no mundo globalizado (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2012, s.p.).

O evento teve início em 1924, no Rio de Janeiro, desde esta data até hoje já foram 19 (dezenove) edições “ao todo, foram apresentados 1.518 trabalhos, e mais de 35 mil profissionais já prestigiaram os Congressos” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2012, s.p.). Com o objetivo de expor e debater temas atuais e tendências que conduzam ao desenvolvimento da contabilidade.

Durante essas 19 (dezenove) edições foram debatidos diversos assuntos sendo que dentre estes estão publicações relacionadas à área de contabilidade ambiental. Para a realização deste estudo foram utilizadas a 18^o e a 19^o edições do evento, pois são as únicas edições que disponibilizam os artigos via sítio dos eventos. No 18^o evento do Congresso Brasileiro de Contabilidade foram enviados 492 trabalhos distribuídos nas doze áreas temáticas. Desse total, após criterioso processo de avaliação, foram selecionados, pelo Comitê Científico, 99 trabalhos que serão apresentados em 29 sessões temáticas. Já, no 19^o evento foram submetidos 402 trabalhos distribuídos nas dez áreas temáticas. Desse total, após criterioso processo de avaliação, foram selecionados, pelo Comitê Científico, 90 trabalhos que serão apresentados em 30 sessões temáticas.

Essas edições selecionadas apresentaram áreas temáticas que abrangem a contabilidade ambiental, são elas: Contabilidade Socioambiental e Sustentabilidade, Ética e responsabilidade Social. Portanto, os artigos classificados nessas duas áreas, 10 e 4 artigos respectivamente, automaticamente fazem parte da amostra desta pesquisa.

A partir desta amostra, procedeu-se à análise e interpretação dos dados, tendo a análise de conteúdo como base. Segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 98), a análise de conteúdo “pode ser aplicada virtualmente a qualquer forma de comunicação: artigos da imprensa, livros, material divulgado em sites institucionais etc.”. Os mesmos autores afirmam que: “geralmente a aplicação desta técnica acontece após, ou em conjunto, com uma pesquisa documental [...]” e “envolve duas etapas: o inventário (isolamento das unidades de análise: palavras, temas, etc.) e a classificação das unidades comuns, revelando as categorias (colocação em gavetas)”.

A partir dos 14 artigos selecionados, foi realizada a análise de conteúdo, ou seja, uma leitura individual de cada artigo, onde foram coletadas as informações referentes à: autoria, instituição, localização dos autores, setor de aplicação do estudo, legislação aplicada nos estudos (normas), contribuições dos trabalhos e sugestão de trabalhos futuros. Por fim, foram elaborados Quadros e Figuras de modo a demonstrar essas relações.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta e analisa os resultados dos 14 artigos identificados nos 18º e 19º eventos do Congresso Brasileiro de Contabilidade e está dividida em duas seções: perfil e autoria e artigos.

4.1 Perfil e autoria

Nesta etapa do trabalho será examinado o perfil dos autores. O quadro 1 demonstra o número de artigos publicados que possuem temática ambiental no Congresso Brasileiro de Contabilidade no 18º e 19º eventos.

Quadro 1- Número de artigos apresentados nos eventos

	18º	19º	TOTAL
Número de Artigos	10	4	14

Fonte: elaborado pelos autores

Com base na pesquisa realizada confirmou que foram publicados 14 artigos sobre o tema ambiental, sendo destes 10 artigos publicados no 18º evento que ocorreu no ano de 2008 e os 4 restantes publicados no 19º evento que aconteceu no ano de 2012. O quadro 2 identifica os autores que apresentaram trabalhos nos dois últimos anos do CBC – Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Quadro 2 – Relação dos autores

Nome do Autor	18º	19º	Total
Ana Paula Linhares de Araujo	1		1
Andre dos Santos Lima		1	1
Andréia Cittadin	1		1
Benedito Albuquerque da Silva	1		1
Bruna Raulino Bortolon		1	1
Daniela dos Santos Uehara	1		1
Danúbia Vegini	1		1
Dejenana Keila Oliveira Campos	1		1
Edgar de Lima Silva		2	2
Eduardo Frassão	1		1
Eliane Silva Sampaio		1	1
Elisete Dahmer Pfitscher	2		2
Ernesto Fernando Rodrigues Vicente	1		1
Fabricia Silva da Rosa	1	1	2
Fernando Dal-Ri Murcia	1		1
Flávia Cruz de Souza	1		1
Francisco Claudio Tavares	1		1
Geni Francisca dos Santos Vanzo	1		1
João Paulo de Oliveira Nunes	2		2
José Alonso Borba	1		1
José Roberto Kassai		1	1

Kátia Aurora Dalla Libera Sorato	1		1
Luis Fernando da Rocha		1	1
Marcelo de Santana Porte		1	1
Mário Vasconcellos Sobrinho		1	1
Marivane Vestena Rossato	1		1
Nilson Dauzacker	1		1
Paula Cristina Leite		1	1
Rogério João Lunkes		1	1
Rosimere Alves de Bona Porton	1		1
Sonia Maria da Silva Gomes		1	1
Suliani Rover	1		1
Valquíria Pinheiro de Souza	1		1
Vilma Geni Slomski		1	1
Vivian Osmari Uhlmann	1		1
Ynis Cristine de Santana Martins Lino Ferreira		1	1
TOTAL	25	15	

Fonte: elaborado pelos autores

Conclui-se, pela análise das autorias, que a maioria deles publicou apenas um artigo em um dos eventos com exceção de três autores (Edgar de Lima Silva, Elisete Dahmer Pfitscher e João Paulo de Oliveira Nunes) que publicaram dois artigos em em um dos eventos. Ainda, um autor (Fabricia Silva da Rosa) publicou um artigo em cada evento. Conclui-se ainda que de 36 autores que participaram destes dois eventos 11% apresentaram dois artigos, sendo o restante 89% que divulgou apenas um artigo.

Evidencia-se que dois dos autores relacionados no quadro 2, Elisete Dahmer Pfitscher e José Alonso Borba, ambos da UFSC, foram identificados como pesquisadores contábeis mais produtivos na área ambiental no estudo de Siqueira (2014).

O quadro 3 apresenta a relação das instituições representadas no 18º e 19º evento na área ambiental.

Quadro 3 – Instituições nos eventos

Instituição	18º	19º	Total
Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP)		1	1
Centro Universitário Álvares Penteado (FECAP)		2	2
Centro Universitário Álvares Penteado (FECAP-SP)	2		2
Faculdade da Amazônia (FAMAZ)		1	1
Universidade Anhembi Morumbi (SP)	2		2
Universidade da Amazônia (UNAMA-PA)	2		2
Universidade de Mogi das Cruzes (UMC-SP)	2		2
Universidade de São Paulo (USP)	1	1	2
Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC-SC)	4		4
Universidade do Minho (Portugal)		1	1
Universidade Federal da Bahia (UFBA)		1	1
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	9	4	13

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC-SC)	3		3
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS)	2		2
Universidade Federal do Maranhão		1	1
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	2		2
Universidade Federal do Pará (UFPA)	2	1	3
Universidade Paulista (UNIP-MT)	1		1
TOTAL	32	13	45

Fonte: elaborado pelos autores

Em relação às instituições tem-se uma predominância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como mostra os quadros 3 e 4.

Quadro 4 – Localização dos autores no 18º e 19º evento.

Localização dos Autores	18º	19º
Bahia – BA		1
Maranhão		1
Mato Grasso – MT	2	
Pará – PA	4	2
Portugal		1
Rio Grande do Sul – RS	2	
Santa Catarina – SC	16	4
São Paulo – SP	8	4
TOTAL	32	13

Fonte: elaborado pelos autores

Analisando a participação por localização dos autores, foram 32 e 13 participações no total, respectivamente para a 18º e a 19º edições. Destes, o estado que mais se destacou perante os demais foi o de Santa Catarina totalizando 20 autores nos dois eventos. Observa-se também uma concentração da autoria das publicações em trabalhos apresentados em São Paulo e no Pará. Além disso, no quadro 4 também é possível identificar um autor de Portugal o qual teve um trabalho exposto na 19º edição.

4.2 Artigos

Deste ponto do trabalho em diante serão analisados os artigos que foram publicados nos dois últimos anos do Congresso Brasileiro de Contabilidade no 18º e 19º evento. A primeira análise é quanto ao número de autores por artigo (quadro 5). Percebe-se que a maioria dos artigos tem quatro autores tanto no 18º quanto no 19º evento, gerando uma média de 40% de artigos que tiveram quatro autores no 18º evento e 50% no 19º evento.

Quadro 5 - Número de autores por artigo

Número de Autores	18º	%	19º	%
Um Autor	2	20%		
Dois Autores	3	30%	1	25%
Três Autores	1	10%	1	25%

Quatro Autores	4	40%	2	50%
TOTAL	10	100%	4	100%

Fonte: elaborado pelos autores

Em relação ao número de autores descritos no quadro 5, observa-se que há predomínio de quatro autores tanto no 18º quanto no 19º evento, gerando uma média de 40% de artigos e 50%, respectivamente. Totalizando uma média de 90% dos trabalhos eram com quatro autores. Além disso, Siqueira (2014) aponta em seu artigo um dos autores do 18º como sendo o autor que mais expõe artigos/trabalhos.

O quadro 6 apresenta a classificação dos estudos por setores econômicos.

Quadro 6 – Distribuição por Setores Econômicos

Setor	18º	19º
Condomínio	1	
Educação	2	
Saúde	1	
Petróleo		1
Madeira	1	
Mineradora	1	
Municípios		1
Combustível	1	
Alimentício		2
Não aplicada	3	
Total	10	4

Fonte: elaborado pelos autores

Da análise do quadro 6, observa-se que o setor “não aplicada” seguido da educação e do setor alimentício, são aqueles que detém a maioria das aplicações.

O quadro 7 apresenta uma classificação dos artigos selecionados por temas.

Quadro 7 – Classificação dos artigos da amostra por temas

Ano	Título	Tema
2008	Contabilização do passivo ambiental: estudo de caso – mineradoras da região do alto Tietê (SP)	Aplicabilidade da contabilidade Ambiental
2008	Agenda 21 global: um estudo acadêmico sobre a importância das ciências contábeis para o desenvolvimento sustentável	Aplicabilidade da contabilidade Ambiental
2008	Estratégias contábeis: um modelo de gestão aplicável a empresa madeireira ambientalmente correta	Aplicabilidade da contabilidade Ambiental
2008	Modelos de contabilização gerencial: uma proposta direcionada à medidas de gestão ambiental	Aplicabilidade da contabilidade Ambiental
2008	Contabilidade e auditoria ambiental como forma de gestão: um estudo de caso de um hospital	Aplicabilidade da contabilidade Ambiental
2008	Gestão dos aspectos e impactos ambientais em um condomínio com o envolvimento da contabilidade ambiental	Aplicabilidade da contabilidade Ambiental
2008	Identificação de itens de natureza ambiental: um estudo de caso em um posto de combustível	Aplicabilidade da contabilidade Ambiental

2008	Aspectos metodológicos da pesquisa acerca da divulgação de informações ambientais: proposta de uma estrutura para análise do <i>disclosure</i> ambiental das empresas brasileiras	Evidenciação ambiental
2008	Evidenciação dos impactos ambientais nos relatórios contábeis: o caso das externalidades com o CO2	Evidenciação ambiental
2008	Um estudo sobre a influência da disciplina contabilidade social ou ambiental na formação profissional e social dos futuros contadores, de acordo com a percepção dos graduandos dos cursos de ciências contábeis	Aplicabilidade da contabilidade Ambiental
2012	Avaliação da informação ambiental: estudo de caso	Aplicabilidade da contabilidade Ambiental
2012	Práticas de gestão do meio ambiente: percepções e ações de gestores que atuam no setor alimentício	Aplicabilidade da contabilidade Ambiental
2012	Disparidades entre a normatização do GRI e a prática dos relatórios de sustentabilidade	Aplicabilidade da contabilidade Ambiental
2012	ICMS ecológico e externalidades de impacto econômico: o caso da região de integração Tocantins – Pará	Aplicabilidade da contabilidade Ambiental

Fonte: elaborado pelos autores

O quadro 7 apresenta os artigos selecionados na amostra, caracterizando-os por ano de publicação, título e tema. Essa descrição poderá servir como base para que outros pesquisadores encontrem esses trabalhos relacionados o tema pesquisado.

O quadro 8 apresenta um resumo dessa relação dos temas encontrados.

Quadro 8 – Classificação dos Temas

Tema	Artigos	%
Aplicabilidade da Contabilidade Ambiental	12	86%
Evidenciação Ambiental	2	14%
Total	14	100%

Fonte: elaborado pelos autores

O principal tema apresentado nos trabalhos refere-se à Aplicabilidade da Contabilidade Ambiental, representando aproximadamente 86% da amostra selecionada. Os trabalhos que se apresentam com esse tema abordam principalmente estudos de casos que verificam causa ou efeito da utilização de ferramentas de auxílio a Contabilidade Ambiental e a mensuração de práticas ambientais em uso por empresas e órgãos públicos. O outro tema é a evidenciação das informações de natureza ambiental, com 14% dos trabalhos publicados, esse tema aborda principalmente que as informações de natureza ambiental são relatadas apenas de forma qualitativa em Notas Explicativas ou Relatório da Administração, ou seja, não existem relatórios financeiros ambientais.

O quadro 9 apresenta a legislação e a respectiva descrição que foi aplicada nos estudos da amostra.

Quadro 9 – Legislação Aplicada

Autor	Lei/Norma/ISO	Descrição utilizada no artigo
Silva (2008)	ISO 14.000	"A ISO 14.000 deve fornecer assistência para as organizações na implantação ou no aprimoramento de um Sistema de Gestão Ambiental – SGA." (p. 2).

	Lei Orgânica do Município da Cidade de Belém, Estado do Pará	" A Lei Orgânica do Município da Cidade de Belém, Estado do Pará, dispõe que as atividades comerciais nas feiras livres destinam-se ao abastecimento supletivo de gêneros alimentícios essenciais à população e, será exercida mediante licença e, após matrícula na Prefeitura Municipal, além de priorizar os produtores rurais." (p. 8).
	Legislação Ambiental: Lei 9.605/98	"Define a responsabilidade da pessoa jurídica - inclusive a responsabilidade penal - e permite a responsabilização também da pessoa física autora ou co-autora da infração". "A punição é extinta com apresentação de laudo que comprove a recuperação do dano ambiental". (p. 9)
Pfischer et al. (2008)	Norma ISO 14.000	"[...] objetiva ser uma referência consensual para a gestão ambiental, homogeneizando a linguagem normas nacionais e regionais em nível internacional, agilizando as transações no mercado globalizado. [...] as normas de sistemas de gestão ambiental podem ser aplicadas a qualquer atividade econômica – fabril ou prestadora de serviços – e especialmente aquelas cujo funcionamento apresenta riscos potenciais ou gerem impactos ao meio ambiente." (p. 3-4).
	ISO 14.001	"NBR ISO 14001 (1996), impacto ambiental é qualquer alteração benéfica ou adversa causada pelas atividades, serviços e/ou produtos de uma organização. Diante do exposto, onde toda ação humana causa algum impacto no meio seja pró ou contra, perceber que a produção e a transformação de produtos gera resíduos ao ecossistema é de fundamental importância." (p. 3).
	Lei 6.938 Política Nacional do Meio Ambiente	"Lei 6.938, art. 3º, da Política Nacional do Meio Ambiente: Meio ambiente é o conjunto de condições, leis, interações de ordem física e biológica, que permite abrigar e reger a vida em todas as suas formas." (p. 2).
	Lei n.º 4.561/64	"A Lei n.º 4.561/64 dispõe sobre o condomínio em edificações: Art.1º As edificações ou conjuntos de edificações, de um ou mais pavimentos, construídos sob a forma de unidades isoladas entre si, destinadas a fins residenciais ou não residenciais, poderão ser alienados, no todo ou em parte, objetivamente considerados, e constituirá cada unidade, propriedade autônoma, sujeita às limitações desta lei." (p. 6).
	Norma da ANVISA	"Normas da ANVISA que regula os procedimentos com apoio do CONAMA com o objetivo minimizar os riscos provocados pelos materiais contaminados fazendo os devidos tratamentos e segregações dos resíduos." (p. 13).
Rossato e Uhlmann (2008)	Norma de Procedimento de Auditoria (NPA) 11	"A Norma de Procedimento de Auditoria (NPA) 11 – Balanço e Ecologia que o Ativo Ambiental são todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental." (p. 3).
Sorato et al. (2008)	Leis nº. 6.938/81 e 9605/98	"Leis de crimes ambientais - multas e sanções penais". (p. 8 e 9)
	Resolução n.º 273 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), de 2000	"Diversos aspectos devem ser analisados sob o ponto de vista de contaminação, tais como: piso, canaletas, bombas de abastecimento, tubulações, câmara de calçada de acesso à boca de descarga, válvulas extratoras, respiros, filtro de óleo diesel, separadores de água e óleo, poços de monitoramento, tanque subterrâneos desativados, tanques subterrâneos de lubrificantes usados e tanques subterrâneos de combustíveis". (p.8)

	Norma e Procedimento de Auditoria NPA 11	“Norma e Procedimento de Auditoria NPA 11 – Balanço e Ecologia o passivo ambiental é, [...] toda agressão que se praticou ou pratica contra o Meio Ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial. [...] uma empresa tem Passivo Ambiental quando ela agride, de algum modo e ou ação, o Meio Ambiente, e não dispõe de nenhum projeto para sua recuperação, aprovado oficialmente ou de sua própria decisão.” (p. 5).
Dauzacker, Campos e Silva (2008)	Lei no. 6.404/76 e NBC-T 2.5	"Os autores desenvolveram uma estrutura do Balanço Patrimonial com as Contas de Compensação a partir dessas legislações. "Representa a demonstração do fluxo destes efeitos, dos quais se faz a confrontação entre as externalidades positivas (ganhos ambientais) e externalidades negativas (perdas ambientais) que ocorreram no período; apura o efeito externo líquido (Resultado Ambiental Líquido) que pode ser positivo (ganhos ambientais superando as perdas ambientais), ou negativo (perdas ambientais superando os ganhos ambientais) ou ainda nulo (igualdade entre ganhos e perdas ambientais), esta última pode configurar-se muito rara, contudo, teoricamente é possível." (p. 10)
Leite et al. (2012)	ISO 14.000	“A empresa trabalha apoiada em inúmeros programas de qualidade baseados nas normas ISO 14000, como: GMP (Boas Práticas de Produção) e APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle), além de estar certificada pelos selos Nature’s Choice e Produção Integrada de Maçã (PIM).” (p. 7).
Lima et al. (2012)	Lei Federal 12.305/2010	“Lei Federal 12.305/2010, que institui a Política Nacional que estabelece, diretrizes e gerenciamento dos resíduos sólidos. A lei entende como resíduos sólidos materiais ou substâncias descartadas, nos estados sólidos ou semi-sólidos, que tornem inviável o seu lançamento na rede pública.” (p. 2).
Ferreira, Ferreira e Kassai (2012)	Lei Estadual nº. 5.645, alterada pela Lei Estadual nº. 6.276	“Segundo disposto na Lei Estadual nº. 5.645, alterada pela Lei Estadual nº. 6.276, a cota-parte de ICMS também deve ser apurada levando em consideração os seguintes critérios: 5% na proporção da população de cada município; 5% na proporção da área de cada município e 15% distribuído em partes iguais a todos os municípios (SEFA, 2010).” (p. 5).
	Lei Complementar nº 63	“O Valor Adicionado é definido, segundo a Lei Complementar nº 63, para cada município, como o valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços, no seu território, deduzido o valor das mercadorias entradas, em cada ano civil. Desse modo, a cota-parte de ICMS referente ao critério do VA é calculada com base na média geométrica dos índices de participação de cada município no VA do Estado, apurados nos dois anos civis anteriores à apuração SEFA (2010).” (p. 5).

Fonte: elaborado pelos autores

No quadro 9 comprova-se que o autor que mais utilizou a legislação em seus artigos publicados no CBC foi o autor Pfitscher et al. (2008), o qual exhibe ISO 14000, ISO 14001, Lei 6.938 Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 4.561/64 dispõe sobre o condomínio em edificações, e também Norma da ANVISA. Também pode-se notar que os artigos publicados na 18ª edição foram os que mais apresentaram leis e normas.

O quadro 10 descreve o objetivos, as principais contribuições e sugestões de trabalhos futuros dos estudos da amostra relacionados a Contabilidade Ambiental.

Quadro 10 – Contribuições e sugestões para futuros trabalhos

Autor	Objetivo do artigo	Principais contribuições e sugestão de trabalhos futuros
Silva (2008)	Neste sentido, o trabalho fundamenta-se na proposta de Modelo de gestão para empresas do setor composto por quatro ciclos: Florestal, Logística, Industrialização e Comércio.	Finalmente, diante das considerações estratégicas apontadas pode-se prever um desempenho razoavelmente satisfatório, que do ponto de vista patrimonial, representará a possibilidade da continuidade de empreendimento. Neste sentido, a contabilidade representa um instrumento de informação estratégica para garantir ao gestor a melhor informação visando uma tomada de decisão coerente e com olhos no futuro do empreendimento (p. 10).
Uehara e Tavares (2008)	A presente pesquisa teve como objetivos mostrar a importância da contabilização do passivo ambiental a partir da Contabilidade Ambiental e identificar como os passivos são mensurados nos relatórios contábeis das mineradoras da região do Alto Tietê (SP).	Evidenciar e mensurar são obrigações desta Ciência, porém não encontramos nas mineradoras pesquisadas ações nesta direção. Os profissionais da Contabilidade que atuam nesta área desconhecem as normas para a mensuração e os respectivos registros que apontem os recursos financeiros destinados às ações de mitigação. Observamos a necessidade e a urgência de que a Contabilidade das mineradoras pesquisadas se atualize e adote as normas e instruções já existentes. Além de ser uma obrigação do profissional da área é um direito do cidadão e do consumidor. (p. 9).
Silva (2008)	O estudo visa promover um apanhado qualitativo de atividades acadêmicas de alunos concluintes do curso de Ciências Contábeis a partir de Estudos de Casos sobre a Agenda 21 Global.	Por fim, a necessidade de intensificação de pesquisas na área contábil visando alargar os conhecimentos de medidas necessárias quanto às questões ambientais e, desta maneira, venha se garantir a contribuição que a Ciência Contábil pode dar para corroborar com as mudanças sobre questões de riscos à manutenção do desenvolvimento sustentável. (p. 11).
Rossato e Uhlmann (2008)	O estudo objetiva propor modelos de contabilização gerencial, sob uma perspectiva global e sob uma perspectiva medida à medida, para o desenvolvimento de atividades preventivas à ocorrência de impactos ambientais negativos ocasionados pelo processo produtivo das organizações.	Dessa forma, o desenvolvimento das atividades de prevenção e recuperação ambientais, bem como a aplicação do modelo de contabilização gerencial ambiental proposto se constituem em importantes medidas e ferramenta para o alcance do resultado da empresa. [...] Pelo exposto, conclui-se que, a utilização de instrumentos gerenciais contribui sobremaneira para o processo de gestão da organização. Cabe ainda dizer que a questão ambiental, além de condição de vida, constitui uma variável intransponível à continuidade dos negócios organizacionais. (p. 9)
Pfitcher et al. (2008)	Tem como objetivo analisar a contabilidade ambiental como instrumento gerencial, visando o desempenho e a sustentabilidade ambiental.	De modo geral a pesquisa demonstrou a importância da auditoria e da contabilidade ambiental como ferramenta de avaliação num hospital, ilustrando essa relação na aplicação do SICOGEA na sua primeira fase da terceira etapa e em seguida apresentou se um plano resumido de gestão ambiental, onde se prioriza os cursos de qualificação, o <i>benchmarking</i> ambiental. (p. 13).

Pfitsch et al. (2008)	Esta pesquisa discute como a contabilidade, através de seus controles, pode auxiliar no processo de gestão do meio ambiente em um condomínio residencial.	Neste sentido apresentou-se o Plano Resumido de Gestão Ambiental ao síndico, que mostrou interesse e já começou a colocá-lo em prática através de algumas atitudes com o intuito de conscientizar e despertar interesse dos demais condôminos, para que todos tenham o objetivo de mudar a situação em que se encontra o condomínio estudado, transformando-o em uma organização ambientalmente e socialmente correta, além de desfrutar de vantagens financeiras que essas mudanças poderão acarretar. (p. 14).
Sorato et al. (2008)	Este trabalho objetivou identificar os itens de natureza ambiental para adequação de um posto de combustível. (p.13).	Constatou-se que a empresa pesquisada, por meio de profissional contratado, elabora somente a contabilidade tradicional, não registrando separadamente os demais os itens referentes ao meio ambiente. Ou seja, os dados gerados e que dizem respeito ao meio ambiente não são separados das demais informações disponibilizadas pela organização e conseqüentemente não utilizam demonstrativos ambientais. Por este motivo, sugere-se aos gestores que passem a exigir a elaboração da contabilidade ambiental e utilizar estas informações para auxiliá-los na tomada de decisões. Percebeu-se, por meio do estudo, que a adequação ambiental em postos de combustíveis, se por um lado trouxe uma série de exigências visando à preservação ao meio ambiente, por outro, tem servido para evitar prejuízos ainda maiores para os revendedores que, antes disso, nem tomavam conhecimento de possíveis vazamentos e por conseqüência contaminações do lençol freático. (p. 13).
Murcia et al. (2008)	O objetivo deste trabalho é apresentar uma estrutura conceitual para análise das informações de caráter ambiental divulgadas pelas empresas brasileiras.	É mister ressaltar que se trata de um trabalho, todavia preliminar, sendo recomendado a condução de futuros estudos a fim de testar empiricamente a estrutura aqui apresentada. Futuros trabalhos poderiam analisar, por exemplo, o <i>disclosure</i> de uma amostra de empresas de setores de alto impacto ambiental como: mineração, óleo e gás, papel e celulose, etc. Recomenda-se também a análise do <i>disclosure</i> ambiental em outros canais de comunicação como Relatórios de Sustentabilidade e <i>websites</i> . Do mesmo modo, seria interessante testar a relação entre o <i>disclosure</i> ambiental e a performance ambiental. Enfim, existem inúmeras oportunidades de pesquisa acerca do tema. (p. 13).
Dauzaker, Campos e Silva (2008)	O objetivo deste estudo é analisar os procedimentos contábeis e modelar um demonstrativo financeiro complementar que permita tratar as questões ambientais a partir de um enfoque de interdisciplinaridade.	A pesquisa efetuada tem um alto conteúdo referencial que é sustentado pela teoria econômica e fundamentada na teoria contábil. Tendo em conta os problemas de natureza social e ambiental, espera-se que os resultados contribuam para o desenvolvimento de novas pesquisas, o campo é muito amplo e há espaço para isto no contexto; certamente que ao efetuar a valoração das externalidades, este artigo tem como foco e faz uso somente de umdos componentes geradores do efeito estufa, aquele que na opinião da comunidade científica remete ao problema do aquecimento global: as emissões do gás dióxido de carbono (CO2) na atmosfera, pelos motores de combustão e superlativamente elevada pelas queimadas nas florestas. (p. 12).

Vanzo e Souza (2008)	Este artigo teve por objetivo verificar qual a percepção dos graduandos dos cursos de Ciências Contábeis sobre a influência que a disciplina Contabilidade Ambiental ou Social pode exercer em sua formação profissional, como futuros contadores, e em sua formação pessoal, como cidadãos.	O alto grau de importância atribuído pelos discentes aos assuntos ambientais ou sociais para sua formação profissional e pessoal, enquanto cidadãos, no contexto político, social e econômico atual, destacou para as instituições pesquisadas, e para as demais instituições que oferecem o curso de Ciências Contábeis, o quanto a disciplina Contabilidade Ambiental ou Social é importante para seus alunos, futuros contadores, e para a sociedade da qual estes fazem parte como cidadãos. (p. 13).
Leite et al. (2012)	Objetivo avaliar a evidencição ambiental de uma empresa produtora de maçãs, a presente pesquisa de caráter descritivo.	Como pesquisas futuras sugerem-se: aplicar o questionário em outras empresas do mesmo setor e verificar os fatores que podem estar associados ao nível de evidencição ambiental, apresentar modelo de avaliação da informação ambiental que possibilite gerenciar as singularidades da empresa estudada, e ampliar o escopo do estudo para os aspectos sociais da sustentabilidade empresarial. (p. 10).
Lima et al. (2012)	Esta pesquisa objetiva investigar concepções e ações ambientais de gestores de uma empresa multinacional do setor alimentício da cidade de São Paulo, procurando identificar até que ponto é possível afirmar que a empresa investigada tem construído e implementado a sustentabilidade corporativa em seu plano de negócios.	Como resultados observa-se que a empresa controla os principais itens ambientais, mas não os divulga, de forma que a publicação do relatório de sustentabilidade é o principal meio de contato com os stakeholders interessados em verificar os aspectos e impactos ambientais gerados pela atividade econômica da empresa. (p.1). Como pesquisas futuras sugere-se algumas questões de continuidade da pesquisa tais como: a) como esta é formulado o discurso das empresas acerca da sustentabilidade? b) Que impactos ambientais e sociais são decorrentes de visões e crenças dos gestores sobre a sustentabilidade? c) Quais são as percepções e intenções ambientais de alunos concluintes do curso de Ciências contábeis oferecidos por IES brasileiras? (p. 12).
Sampaio e Porte (2012)	Neste trabalho objetiva-se avaliar o nível das informações ambientais contidas nos relatórios de sustentabilidade divulgados voluntariamente pelas empresas Elekeiroz e Braskem referentes ao ano de 2010.	Apesar de se adequarem as diretrizes determinadas pelo GRI, fica claro que os aspectos evidenciados pelas empresas envolvem apenas o que elas pretendem divulgar, isso fica comprovado mediante o número de indicadores divulgados pelas empresas analisadas. Sendo que esse baixo número de informações é acobertado pelas normas estabelecidas pelo próprio GRI. (p.1) Apesar da notória evolução que envolve a divulgação das informações de cunho social e ambiental, é constatado que ainda se faz necessário a criação de leis que regulamentem e tornem de fato obrigatória a evidencição das informações ambientais, principalmente atreladas as demonstrações contábeis, garantindo assim um maior grau de confiabilidade a essas informações. (p. 7).
Ferreira, Sobrinho e Kassai (2012)	A pesquisa objetiva discutir o ICMS ecológico (ICMS-E) e as externalidades de impacto econômico advindas da implantação desse instrumento de política ambiental.	Portanto, existe a necessidade de concretizar o abstrato. Em outras palavras, para se afirmar que o ICMS-E é um subsídio (característica econômica) para aplicação na melhoria da qualidade socioambiental, é necessária a evidencição contábil. Isso porque o ICMS-E está contido no ICMS, receita orçamentária, havendo, portanto, a necessidade da inclusão do ICMS-E no plano de contas nacionais. Para tal, é imprescindível o avanço da pesquisa referente ao ICMS-E, principalmente a respeito do Estado do Pará, para suprir a inexistência de uma produção acadêmica consolidada quanto ao tema. (p. 12).

Fonte: elaborado pelos autores

Constatou-se por meio das contribuições dos trabalhos descritas no quadro 10 que a maioria das empresas da amostra conhecem os benefícios da aplicação da Contabilidade Ambiental. Apesar de conhecerem os benefícios, algumas ainda não a utilizam. Os trabalhos de uma forma geral indicam alto grau de relevância para as informações contábeis ambientais, pois a maioria deles conhecem e aplicam a Contabilidade Ambiental, desta forma é evidente a preocupação com a divulgação dessas informações.

A partir da amostra dos 14 artigos, conclui-se que 36 autores publicaram artigos nos dois últimos eventos do CBC, sendo que destes a maioria deles possuem apenas uma publicação. Oito estados participaram, sendo que a universidade a qual mais se destacou foi a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os trabalhos foram distribuídos por setor econômicos, onde que a maioria dos artigos teve como tema a Aplicabilidade da Contabilidade Ambiental com um total de 86 %, destes 36 autores 8 aplicaram algumas normas da legislação. De forma geral, através da pesquisa realizada, ficou nítida a existência das informações ambientais por parte das empresas.

5 Considerações finais

O objetivo geral dessa pesquisa foi mapear a utilização da contabilidade ambiental nas publicações dos últimos dois anos do Congresso Brasileiro de Contabilidade identificando o perfil dos autores e os artigos publicados. A partir desse objetivo observou-se uma amostra de 14 artigos, com a participação de 40 autores.

Na fase do estudo buscou-se explorar os artigos publicados a fim de identificar a quantidade de artigos de contabilidade ambiental publicados, os autores e localização, as instituições presentes, distribuição por setores econômicos, a classificação dos temas, a legislação aplicada e contribuições desses trabalhos.

Assim, ao analisar as publicações do CBC, conclui-se que foram 14 trabalhos publicados, sendo que estes artigos tratam dos temas de Aplicabilidade da Contabilidade Ambiental e Evidenciação Ambiental, a maioria sendo Aplicabilidade da Contabilidade Ambiental e apenas dois tratam da Evidenciação Ambiental. Destes trabalhos, a maioria possui quatro autores e todas as referências utilizadas na análise deste tema estão listadas ao final deste.

Os resultados mostram que existe uma grande concentração das publicações no estado de Santa Catarina. Sendo que, destaca-se quatro autores sendo os que tiveram mais de uma publicação de artigos nos dois últimos anos do CBC. Além disso, nota-se através das contribuições dos trabalhos que as empresas conhecem os benefícios da aplicação da Contabilidade Ambiental e a maioria utilizam a mesma para amenizar os danos que sua operação produz. A evidenciação destas informações ambientais influenciam na captação de recursos.

Cabe ressaltar que o presente estudo apresenta algumas limitações no que diz respeito às buscas efetuadas. Esta foi limitada pelos temas do evento e pelo período analisado, uma vez que são as únicas edições que disponibilizam os artigos via internet.

Espera-se que os resultados deste estudo possam estimular outros pesquisadores das áreas de Contabilidade e Administração a trabalharem com a Contabilidade Ambiental. Portanto, sugere-se como tema para as próximas pesquisas uma análise de todas as edições do Congresso Brasileiro de Contabilidade, sendo possível fazer uma comparação dos artigos, sobre a incidência desse tema no próprio congresso. Além disso, a mesma análise também poderia ser realizada em periódicos da área contábil.

REFERENCIAS

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. **Contabilidade e Riscos Ambientais**. BNDES, 1998.

BERTI, Anélio. **Contabilidade a análise de custos**. 1. ed, Curitiba: Juruá, 2006.

CARVALHO, Gardênia Maria Bragade. **Contabilidade ambiental**. Curitiba: Juruá, 2008.

DAUZACKER, Nilson; CAMPOS, Dejenana Keila Oliveira; DA SILVA, Benedito Albuquerque. Evidenciação dos impactos ambientais nos relatórios contábeis: o caso das externalidades com o CO₂. **18º Congresso Brasileiro de Contabilidade**. 2008.

DE LIMA SILVA, Edgar. AGENDA 21 GLOBAL: um estudo acadêmico sobre a importância das Ciências Contábeis para o desenvolvimento sustentável. Movendo idéias. **18º Congresso Brasileiro de Contabilidade**. 2008.

DOS SANTOS LIMA, Andre et al. Práticas de gestão do meio ambiente: percepções e ações de gestores que atuam no setor alimentício. **19º Congresso Brasileiro de Contabilidade**. 2012.

DOS SANTOS UEHARA, Daniela; TAVARES, Francisco Claudio. Contabilização do passivo ambiental: estudo de caso – mineradoras da região do alto Tietê (SP). **18º Congresso Brasileiro de Contabilidade**. 2008.

DE LIMA SILVA, Edgar; Estratégias contábeis: um modelo de gestão aplicável a empresa madeireira ambientalmente correta. **18º Congresso Brasileiro de Contabilidade**. 2008.

DE SANTANA MARTINS LINO FERREIRA, Ynis Cristine, VASCONCELLOS SOBINHO, Mário, e KASSAI, José Roberto. ICMS ecológico e externalidades de impacto econômico: O caso da região de integração Tocantins – Pará. **19º Congresso Brasileiro de Contabilidade**. 2012.

DOS SANTOS VANZO, Geni Francisca; DE SOUZA, Valquíria Pinheiro. Um estudo sobre a influenciada disciplina Contabilidade Social ou Ambiental na formação profissional e social dos futuros Contadores, de acordo com a percepção dos graduados dos cursos de Ciências Contábeis. **18º Congresso Brasileiro de Contabilidade**. 2008.

IBRACON. **Normas e procedimentos de auditoria**. NPA 11 - Balanço e Ecologia, 1996.

LEITE, Paula Cristina et al. Avaliação da informação Ambiental: Estudo de caso. **19º Congresso Brasileiro de Contabilidade**. 2012.

MARTINS, Eliseu & RIBEIRO, Maisa de Souza. **A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento**

econômico e a preservação do meio ambiente. IBRACON, boletim 208, São Paulo, 1995.

Martins, G. A. & Theóphilo, C. R. (2009). **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo, Atlas.

MURCIA, Fernando Dal-Ri et al. Aspectos metodológicos da pesquisa acerca da divulgação de informações ambientais: proposta de uma estrutura para análise do disclosure ambiental das empresas brasileiras. **Revista de Gestão Social e Ambiental.** ISSN, p. 982X, 1981. **18º Congresso Brasileiro de Contabilidade.** 2008.

PAIVA, Paulo Roberto de. Contabilidade Ambiental - **Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção.** Ed. Atlas. São Paulo. 2003.

PFITSCHER, Elisete Dahmer et al. Contabilidade e Auditoria Ambiental Como Forma de Gestão: um estudo de caso de um hospital. In: **18º Congresso Brasileiro de Contabilidade.** 2008.

PFITSCHER, Elisete Dahmer et al. Gestão dos aspectos e impactos ambientais em um condomínio com o envolvimento da Contabilidade Ambiental. **18º Congresso Brasileiro de Contabilidade.** 2008.

ROSSATO, Marivane Vestena; UHLMANN, Vivian Osmari. Modelos de Contabilização Gerencial: Uma proposta direcionada à medidas de Gestão Ambiental. **18º Congresso Brasileiro de Contabilidade.** 2008.

SANTOS, Adalto de Oliveira; SILVA, Fernando Benedito; SOUZA Synval; SOUZA, Marcos Francisco Rodrigues. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas Brasileiras. **Revista Contabilidade e Finanças** vol.12 nº.27 São Paulo: Set./Dez. de 2001.

SILVA SAMPAIO, Eliane. DE SANTANA PORTE, Marcelo. Disparidades entre a normatização do GRI e a prática dos relatórios de sustentabilidade. **19º Congresso Brasileiro de Contabilidade.** 2012.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. Contabilidade e Meio Ambiente: Uma Análise da Produção Acadêmica em Periódicos. **SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO**, v. 9, n. 2, 2015.

SORATO, Kátia Aurora Dalla Libera et al. Identificação de itens de natureza Ambiental: Um estudo de caso em um posto de combustível. **18º Congresso Brasileiro de Contabilidade.** 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabete pereira. **Contabilidade e gestão ambiental.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VALLE, Cyro Eyer do. **Qualidade ambiental: ISO 14000.** 4. ed. São Paulo: SENAC de São Paulo, 2002.

